



Serviço Jovem

Uma política de prevenção e alternativas ao envolvimento de jovens na violência urbana no
Brasil.

Rio de Janeiro
Janeiro de 2005

Este trabalho é fruto de uma parceria entre as Organizações Viva Rio e Innovations in Civic Participation.

Instituição Responsável

Viva Rio

Colaboração

Eunis Milhomen - DEGASE – RJ

Irene Rizzini – CIESP - RJ

Laura Mattar – ILANUD – SP

Kátia - 2ª Vara da Infância e da Juventude – RJ

Marcus Góes – Instituto Sou da Paz – SP

Regina Novaes – ISER – RJ

Reinaldo Almazán – FEBEM - SP

Rita Rodrigues - 2ª Vara da Infância e da Juventude – RJ

Rosa Maria Acerba – Associação de Assistência a Criança Santamarense – SP

Sérgio Martinho – Sntos Mártires - SP

Sidney Teles da Silva – Instituto Consuelo Pinheiro - RJ

Valéria Basti – FEBEM - SP

Agradecimentos

Alex Goldmark, Anna Flora Werneck, Carlos Costa, Cássio, Def Yuri, Flávio, Ilona Szabó de Carvalho, Juan Pablo Caicedo, Leila Iino, Liriana Figueredo, Marco Aurélio Martins, Mayra Jucá, Sandra Vale, Simon Wells, Ubirajara Z. de Carvalho, Yadaira Orsini.

Coordenação

Luke Dowdney

Marianna Olinger

Pesquisador

Marianna Olinger

Pesquisadores Assistentes

Ana Caroline Belo da Silva

Karolina Arias

Sinval Cordeiro dos Santos Filho

Vitor Belo da Silva

Financiamento

Innovations in Civic Participation

Metodologia

Para a realização deste trabalho foi feita uma pesquisa que combinou estudo de casos, entrevistas com profissionais com experiência com o público alvo, especialistas em desenvolvimento de políticas públicas e pesquisadores, além de um trabalho participativo com jovens com o perfil do público alvo.

Foi estabelecido um “Grupo Jovem para Criação de Políticas Públicas” com três jovens beneficiários do Projeto Luta Pela Paz¹, coordenado pela pesquisadora Marianna Olinger, da equipe do programa Crianças e Jovens em Violência Armada Organizada – COAV, da organização Viva Rio, especialista em políticas sociais e planejamento.

O trabalho foi desenvolvido em duas etapas: a primeira consistiu de um treinamento focado em desenvolvimento e implementação de políticas públicas. Na segunda fase, os jovens realizaram entrevistas com outros jovens na comunidade, seguidas de discussões para formulação das propostas que culminaram nesse relatório.

¹ O Projeto Luta Pela Paz tem como objetivos oferecer aos crianças, adolescentes e jovens alternativas educacionais e financeiras ao envolvimento no crime e participação no tráfico de drogas local, através do treinamento esportivo e do desenvolvimento de uma cultura de paz e cidadania. O projeto funciona desde 2000 no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, está aberto para a população local que tenha entre 8 e 25 anos e atualmente envolve 150 participantes de ambos os sexos. Além de treinamento esportivo, as crianças, adolescentes e jovens recebem aulas de cidadania e resolução pacífica de conflitos. A metodologia do Luta Pela Paz foi desenvolvida durante 2 anos de trabalho de campo entre a coordenação do projeto e os próprios beneficiários.

Índice

I. Introdução	5
II. Razões para trabalhar com jovens em “situação de risco” no Brasil	8
a. Formação de capital humano e social	9
b. Investir agora ou pagar mais tarde: prevenção ao crime	9
III. “Serviço Jovem” e a experiência do Brasil	11
a. Definição de Serviço Jovem	11
b. Serviço Jovem no Brasil	12
i. Serviço Civil Voluntário	12
ii. Agente Jovem	13
iii. Serviço comunitário como Medida Sócio-Educativa: jovens em conflito com a lei:	14
Jovens de até 18 anos	14
Jovens acima de 18 anos	14
c. Críticas aos programas existentes	15
i. Desenho e implementação	15
ii. Monitoramento e avaliação	16
IV. Por uma política de serviço para jovens em situação de risco: recomendações	18
a. Alcance do público alvo	18
b. Atividades desenvolvidas	19
c. Gestão	22
d. Operacionalização	22
e. Duração de programas e projetos	22
f. Considerações complementares	23
V. Obstáculos potenciais e recomendações finais	24
a. Envolvimento da comunidade	24
b. Participação efetiva e comprometimento do jovem	25
i. Participação ou manipulação?	25
ii. Incentivo financeiro	26
iii. Incentivar culturas alternativas à cultura da violência e da criminalidade	26
c. Sustentabilidade	27
VI. Conclusão	28
VII. Sumário executivo	29
VIII. Referências	33

I. Introdução

Recentemente o Brasil vem adquirindo uma consciência mais acurada sobre a importância estratégica da juventude para a sociedade. Na última década foram inúmeras iniciativas de organizações governamentais e não governamentais voltadas a esse segmento da população.

Pela primeira vez na história, o Brasil tem o que se pode chamar de uma população jovem², ou seja, a predominância desse segmento na população, que no último censo ultrapassou 34 milhões de pessoas, aproximadamente 20% de toda a população brasileira. Via de regra esse fato deveria ser motivo de comemoração, já que uma população jovem pode representar oportunidade de crescimento e desenvolvimento. No entanto, existe uma crescente preocupação com os rumos que a juventude brasileira vêm tomando.

Enquanto a taxa de mortalidade global no Brasil caiu de 633 para 573 por 100 mil habitantes entre 1980 e 2000, a taxa referente aos jovens (15 a 24 anos) passou de 128 para 133 por 100 mil habitantes (IBGE). Em estados como Rio de Janeiro, Pernambuco e Espírito Santo, as mortes por arma de fogo são responsáveis por cerca de 50% das mortes juvenis. No Brasil, a taxa de homicídios para jovens passou de 30 para 52 por 100 mil habitantes nos últimos 20 anos³. Estatísticas como essas demonstram que a juventude vem se tornando a principal vítima da violência no Brasil.

No entanto, a juventude não está em um só lado da equação “vítima x agressor”. Uma recente pesquisa realizada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro⁴ mostra que Jovens entre 18 e 24 anos são maioria entre os condenados por crimes. A pesquisa mostra que 53% dos 14.429 processos que entraram na Vara de Execuções Penais (VEP) de 1º de janeiro de 2003 a 31 de junho deste ano, foram contra jovens nessa faixa etária.

Uma outra tendência observada na última década é o aumento de jovens, adolescentes e até crianças em Violência Armada Organizada⁵. Os resultados da pesquisa realizada pela ONG Viva Rio em conjunto com o ISER - Instituto de Estudos da Religião, chamam atenção para esse grupo especial, que apesar de reduzido em número, tem um impacto qualitativo significativo nos níveis de violência verificados em algumas regiões urbanas do País.

O estudo descreve as disputas relacionadas com o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, que apesar de resultarem em taxas de mortalidade comparáveis às de muitas das Guerras modernas, não determinam que a cidade esteja em “estado de guerra”. Essa diferenciação acaba resultando no tratamento de crianças e adolescentes trabalhando em posições armadas para o tráfico de drogas simplesmente como delinquentes, criminosos ou membros de gangues. Apesar de existirem algumas semelhanças entre crianças trabalhando para o tráfico de drogas e crianças em gangues

² 15 a 24 anos de idade de acordo com o critério apontado pela ONU.

³ Waiselfisz (2004)

⁴ Diretoria Geral de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça (TJ) do Rio, publicada no jornal o Globo de 08 de Agosto de 2004.

⁵ “Qualquer pessoa abaixo de 18 anos que é empregada ou participa de alguma forma de Violência Armada Organizada quando há elementos de estrutura de comando e poder sobre território, população local ou recursos”. Os resultados completos do estudo foram publicados em *Crianças do Tráfico: Um Estudo de Caso de Crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro* (Dowdney, 2003).

em outros contextos urbanos, categorizar as crianças “do tráfico” dessa maneira não representa de forma adequada a realidade dessa situação.

Se o Brasil pretende diminuir os alarmantes índices de violência em que os jovens estão inseridos, a situação de crianças, adolescentes e jovens trabalhando armados para o tráfico de drogas deve ser reconhecida e abordada de forma diferenciada – devido às especificidades encontradas nesses casos, bem como os níveis de violência envolvidos.

Em geral, os programas dirigidos aos jovens envolvidos na violência urbana no Brasil, tratam o que se convencionou chamar de “grupo de risco” de uma forma homogênea, sem a utilização de estratégias específicas. É comum a suposição de que programas para jovens em áreas consideradas de maior risco, atingirão jovens em “situação de risco” sem levar em consideração que esse é um grupo heterogêneo que necessita, portanto, de estratégias específicas e direcionadas. É importante ressaltar que jovens que moram em áreas consideradas de maior risco, em virtude de altos índices de violência, não devem ser considerados automaticamente “grupo de risco”, já que a maioria deles não se envolverá em nenhum tipo de atividade criminosa ou ilegal.

O reconhecimento da heterogeneidade do “grupo de risco” tem um impacto significativo na formulação de políticas públicas. Ainda que por vezes ignorado por agentes encarregados de estabelecer políticas tanto de juventude como de segurança pública no país. Baseando-se em pesquisas e na experiência obtida em quatro anos de trabalho junto a jovens de uma das mais violentas comunidades do Rio de Janeiro, concluiu-se que políticas de diminuição do envolvimento de jovens na criminalidade, bem como dos altos níveis de violência protagonizados por eles, devem focar especialmente em:

- 1 - Adolescentes em conflito com a lei (cumprindo medida sócio-educativa⁶);
- 2 - Adolescentes e jovens envolvidos no tráfico de drogas e/ ou em gangues (não necessariamente tendo estado oficialmente em conflito com a lei);
- 3 - Adolescentes e jovens em “situação de risco” pela proximidade do crime, especificando aí:
 - 3.1 – Jovens entre 12 e 25 anos, que vivem em famílias com renda *per capita* de até ½ salário mínimo (abaixo da linha de pobreza nacional);
 - 3.2 – Jovens de até 18 anos que não completaram o ensino fundamental;
 - 3.3 – Jovens que vivem em áreas com níveis de violência muito elevados.

Trabalhando com esse grupo, pretende-se atingir os jovens que de alguma forma já estão envolvidos na criminalidade, além é claro, de atuar na prevenção. Para facilitar a escrita, usaremos a denominação “jovens em situação de risco” para este grupo em todo o documento.

Um estudo realizado pelo Instituto Cidadania⁷ aponta para o crescimento de programas de prevenção à violência na última década. No entanto existe um consenso em relação à necessidade de maior coordenação entre eles e de políticas claras, que apontem para estratégias integradas, inovadoras e abrangentes. Como ressaltou Irene Rizzini em seu livro Criança não é Risco, é Oportunidade “programas de base preventiva são menos onerosos e mais eficazes, porém eles

⁶ “resposta sancionária do estado quando o autor de um delito é adolescente. (...) sanção jurídico penal, que cumpre tal qual a pena criminal o papel de controle social, procurando evitar a prática de novos atos infracionais por adolescentes e ao mesmo tempo diminuir a vulnerabilidade do próprio adolescente infrator ao sistema tradicional de controle”. Pág. 12 - ILANUD e UNICEF, 2004.

⁷ Projeto Juventude, 2004.

não excluem a necessidade de serviços de urgência para aqueles que tenham problemas agudos⁸. A experiência adquirida pela organização Viva Rio através do trabalho com “jovens em situação de risco” mostra que é necessário adotar, juntamente com políticas universais de proteção e atendimento, políticas direcionadas, que atendem para as especificidades desse grupo, visando atuar no âmbito preventivo, bem como na retirada/ reintegração de jovens já envolvidos na criminalidade.

Acreditando no potencial da juventude brasileira, e no desenvolvimento através da participação ativa, esse trabalho propõe uma Política de Serviço Jovem como alternativa para combater o crescente envolvimento de jovens na violência urbana do país. A política a ser detalhada na seção IV e V deste documento defende programas onde jovens participem em melhoramentos significativos na comunidade e ao mesmo tempo desenvolvam habilidades pessoais, profissionais, de liderança e cooperação, que façam deles contribuintes chave para o desenvolvimento do Brasil. Antes, na seção II argumenta-se pelo investimento em jovens em situação de risco no Brasil. Na seção III fala-se da experiência do Brasil em “Serviço Jovem”, bem como das principais definições acerca dessa prática.

⁸ Rizzini, 2000.

II. Razões para trabalhar com “jovens em situação de risco” no Brasil.

Os benefícios de investir em jovens no Brasil são muitos. Vão desde benefícios diretos, que tem impacto no próprio indivíduo e na família, até benefícios indiretos, aqueles com impacto mais abrangente na sociedade (local, regional e nacional).

As discussões realizadas com o grupo jovem para criação de políticas públicas sugeriram que trabalho e renda estão entre as questões mais urgentes nas vidas de jovens em situação de risco. Os jovens enfatizaram que muitos deles deixam a escola prematuramente para trabalhar, e falam das dificuldades que enfrentam para ter acesso ao mercado de trabalho. Dentre as dificuldades apontadas aparecem com mais frequência: a falta de capacitação profissional, educação inadequada ou insuficiente e a discriminação por residirem em favelas, reafirmando resultados obtidos em pesquisas anteriores⁹.

Em comunidades de baixa renda, é comum adolescentes e jovens trabalharem para contribuir na economia familiar. No entanto sabe-se que nos últimos 10 anos as oportunidades de trabalho para essa faixa etária diminuíram¹⁰. Em 2001 cerca de 3,7 milhões de jovens estavam sem trabalho, representando 47% do total de desempregados no país. A taxa de desemprego aberto para o jovem estava em torno de 18%, quando a média brasileira estava em 9,4% (PNAD/ IBGE)¹¹. O trabalho de adolescentes e jovens é uma necessidade ou a única opção para a subsistência de muitas famílias. No entanto, nas circunstâncias descritas acima, com frequência eles sacrificam seu desenvolvimento individual e podem ser expostos a condições de trabalho insalubres e a exploração.

Os dados referentes à educação também preocupam. Apesar de os índices globais de escolaridade terem crescido em relação às duas últimas décadas, 17 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, o equivalente a 50% dos jovens nessa faixa etária, não estudavam em 2001. Ainda, somente 42% da população nessa faixa etária chegou ao ensino médio, hoje considerado nível básico de escolarização.

Os problemas de exclusão enfrentados por jovens no Brasil são evidentes. Porém, o mais alto grau de exclusão social está entre os jovens que não estudam e não trabalham, nem procuram emprego, que segundo estatísticas do IBGE representam um número próximo de cinco milhões de jovens, aproximadamente 15% dos jovens nessa faixa etária.¹²

O importante papel que a juventude exerce contribuindo para sustento de suas famílias, comunidades e do País, sugere que o seu tempo livre pode ser uma força de contribuição, renovação e mudança em potencial. Para isso é necessário que sejam pensadas alternativas que garantam o desenvolvimento saudável do jovem, enquanto este contribui para o desenvolvimento de seu país.

⁹ Dowdney, 2003 e Instituto Cidadania, 2004.

¹⁰ Silva e Urani, 2002.

¹¹ www.ibge.gov.br

¹² Instituto Cidadania, 2004

a. Formação de capital humano e social

Os conceitos de capital humano e social¹³ vêm sendo utilizados com frequência quando se fala em desenvolvimento. Esses conceitos aliados aos jovens nos fazem refletir sobre questões como oportunidade e potencial. Investir na formação e aumento do capital humano do jovem é garantir a formação de um dos “motores” mais potentes para o crescimento econômico e social do País.

Programas para “jovens em situação de risco” são normalmente elaborados para lidar com as suas dificuldades, ao invés de enfatizar qualidades, construir capacidades e fazer contribuições para a sociedade. Iniciativas que vêem o jovem como oportunidade, e investem de modo a aumentar suas capacidades (capital humano), contribuem para aumentar as capacidades produtivas e de desenvolvimento de seus países.

Existem evidências crescentes de que o capital social também afeta positivamente variáveis de desenvolvimento como crescimento, igualdade e redução de pobreza¹⁴. Durante o trabalho com o Grupo Jovem de Criação de Políticas Públicas, os jovens alegaram como um dos principais obstáculos ao seu desenvolvimento a “falta de acesso”. Quando questionados sobre o que significava essa “falta de acesso”, eles relataram que muitas vezes existem oportunidades, no entanto por não ter acesso à informação, ou redes/ conexões com pessoas, eles acabam não tendo acesso às oportunidades. Nesse aspecto, o desenvolvimento de capital social se destaca, contribuindo para a criação e fortalecimento de relacionamentos. O aumento do capital social tende a ser extremamente benéfico para o acesso a oportunidades e até ao ingresso no mercado de trabalho.

As questões ligadas à cidadania e ao senso de responsabilidade civil também estão fortemente ligadas ao investimento na juventude. Como ressalta o relatório final do Projeto Juventude¹⁵, programas e ações voltados para a juventude são uma alternativa para a formação de jovens mais autônomos e críticos. Tais programas podem potencializar a energia juvenil para o enfrentamento de problemas sociais que interferem em suas trajetórias pessoais, além de incentivá-los a interagir nas questões da cidadania.

b. Investir agora ou pagar mais tarde: prevenção ao crime

Nos últimos 20 anos, o aumento do envolvimento de crianças e adolescentes na violência urbana é bem demonstrado pelas estatísticas de criminalidade. Entre 1980 e 2000 o número de menores presos por delitos ligados somente ao tráfico de drogas, passou de 100 em 1980 para 1584, um aumento de 1.340%¹⁶. Dentre outras coisas, como mostra a pesquisa de Dowdney, o tráfico tem se tornado cada vez mais atraente para crianças e adolescentes principalmente em razão de ausência de possibilidades alternativas de emprego, de ascensão social, de *status* e de dinheiro. A normalização e glorificação do tráfico nas favelas, bem como a perda de valores familiares e

¹³ Capital Humano é definido aqui como: as habilidades, conhecimentos, capacidade de trabalhar, boa saúde e capacidades físicas importantes para buscar diferentes estratégias de vida com sucesso. (Scoones, 1998) Capital Social é definido como: os recursos sociais (redes, relações sociais, afiliações, associações, relações de confiança e reciprocidade, acesso a instituições mais amplas da sociedade) nos quais as pessoas se apóiam para buscar estratégias de vida. (Rakodi and Lloyd-Jones, 2002).

¹⁴ Grootaert, 1997.

¹⁵ Instituto Cidadania, 2004

¹⁶ Dowdney, 2003.

morais, também são apontadas como determinantes no aumento do envolvimento de crianças, adolescentes e jovens no tráfico de drogas.

Ainda se sabe pouco sobre os custos da violência e do crime no Brasil. Mas estudos recentes apontam para cifras alarmantes. Uma pesquisa feita pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento¹⁷ estima que em torno de 1,9 % do PIB brasileiro seja gasto na área da saúde em virtude da violência urbana, e outros 3,6% em policiamento e no sistema judiciário. Se levarmos em conta o custo de encarceramento, sem falar em vidas perdidas, chegaríamos a números surpreendentes do custo da violência no país.

As políticas de repressão, largamente utilizadas nos últimos 20 anos, provaram ser insuficientes, tendo em vista que os índices de violência têm aumentado drasticamente. Sabendo que os jovens são os principais protagonistas, bem como principais vítimas da violência, seria razoável afirmar que o investimento nessa faixa etária tem grande potencial para diminuir os índices de violência. Ainda, os custos de medidas punitivas, principalmente de privação de liberdade, tendem a ser razoavelmente maiores que os custos de medidas alternativas ou de prevenção.

O Grupo Jovem de Criação de Políticas Públicas foi unânime em afirmar que o envolvimento de jovens na criminalidade poderia diminuir através de programas que invistam na formação e no desenvolvimento do jovem. Os jovens relataram casos onde investimentos baseados em educação, trabalho, lazer, desenvolvimento de auto-estima e participação, mudaram as percepções e as vidas de muitos jovens. O grupo concluiu que, na maioria das vezes, quando oferecidas opções viáveis, a grande maioria dos jovens preferem permanecer nos limites da lei.

¹⁷ Morrison, Andrew(2002).

III. “Serviço Jovem” e a experiência do Brasil

a. Definição de Serviço Jovem

O Serviço Jovem pode ser definido como “uma abordagem de ensino e aprendizagem que integra serviço comunitário com estudo para enriquecer o aprendizado, ensinar responsabilidades cívicas e fortalecer comunidades”.¹⁸ Existem três práticas comumente associadas ao *serviço jovem*: o voluntariado, o serviço comunitário e o que se convencionou chamar de serviço-aprendizagem.

Ha alguns anos, ao se pensar em ações voluntárias, automaticamente pensava-se em movimentos religiosos ou trabalhos na área de saúde. A partir da década de 90, o trabalho voluntário vem assumindo um papel cada vez mais expressivo na sociedade brasileira, quando diferentes organizações da Sociedade civil iniciaram diversos movimentos para combater problemas sociais como a pobreza e a fome. O termo “voluntariado” é definido pelas Nações Unidas como “formas de ajuda mútua, prestação de serviços formais e outras formas de participação cívica, prestadas de forma espontânea para o bem estar público, onde a compensação monetária não é o principal motivador.”¹⁹ No Brasil a prática é bastante desenvolvida, regulamentada por lei como “atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.”²⁰

O termo “serviço comunitário” é geralmente utilizado para descrever diferentes formas de serviço que acontecem dentro de comunidades específicas.²¹ A definição mais comum de serviço comunitário é a de um trabalho realizado em comunidades através de serviço voluntário, independente da natureza do programa, de quem o financia, ou de seus objetivos de aprendizagem.²² O termo também é usado para descrever uma forma de sentença judicial alternativa, aplicada no Brasil tanto a adolescentes como a maiores de 18 anos. Em razão de seu uso judicial, existe hoje um debate em torno da utilização do termo “serviço comunitário”, pelo fato de estar muito ligado ao conceito de punição.

O termo serviço-aprendizagem, muito usado nos Estados Unidos, foi criado para descrever a prática onde o serviço comunitário é combinado com o aprendizado de estudantes, de forma a melhorar tanto a comunidade como as habilidades do estudante. Um método onde estudantes aprendem e se desenvolvem através da participação ativa em serviços planejados e organizados de forma a satisfazer as necessidades da comunidade. Nos Estados Unidos o serviço é conduzido em parceria com escolas, universidades, associações comunitárias e trabalhistas como uma forma de fomentar responsabilidade civil e agregar valor ao currículo dos participantes.²³

¹⁸ Ames, Miller, Ahluwalia and Palakurthi (2003).

¹⁹ Recommendations on supporting Volunteering, UN General Assembly Resolution 10 January, 2002.

²⁰ Lei n° 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

²¹ Innovations in Civic Participation website (www.icicp.org).

²² Idem 20.

²³ Idem 20.

b. Serviço jovem no Brasil

O que se convencionou chamar, internacionalmente de “Serviço Jovem”, tem diferentes definições no Brasil. O termo “serviço” foi durante muito tempo associado ao Serviço Militar obrigatório, porém na última década programas como Serviço Civil Voluntário e Agente Jovem, entre outros, começaram a difundir a idéia de uma outra forma de “serviço”, diferente do serviço militar.

O primeiro programa organizado de serviço jovem no Brasil de que se tem notícia foi o Projeto Rondon, idealizado na década de 60, para possibilitar que estudantes universitários conhecessem as diferentes realidades do País. Na década de 90, programas orientados para jovens universitários foram bastante difundidos – tanto iniciativas governamentais como da sociedade civil organizada.

Dentre as iniciativas governamentais para jovens não universitários, grupo que queremos enfatizar neste trabalho, o pioneiro foi o “Serviço Civil Voluntário”, seguido pelo “Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano”. Esses programas, na sua essência, buscam o desenvolvimento de jovens de camadas menos favorecidas da sociedade, beneficiando paralelamente a comunidade através da prestação de serviço comunitário. Atualmente existe uma série de programas, governamentais e não governamentais, desenvolvendo ações desse tipo, no entanto se dará destaque a seguir aos programas Serviço Civil Voluntário e Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, pela sua abrangência nacional.

i. O Serviço Civil Voluntário:

O programa piloto do Serviço Civil Voluntário foi desenvolvido em 1997, objetivando atingir jovens do sexo masculino, que tivessem sido dispensados do Serviço Militar Obrigatório, principalmente os que não completaram o primeiro grau. A primeira edição contava com cursos de aceleração escolar e de desenvolvimento para os jovens - que incluía matérias como direitos humanos, informática e empreendedorismo, além da prestação de serviço comunitário. Esta última se dava na forma de atividades como participação em campanhas de arrecadação de alimentos e agasalhos, doação de sangue, conservação do meio ambiente, pintura de muros e igrejas, entre outras. Além disso, o jovem recebia um incentivo financeiro durante o tempo em que participava do programa.

A instituição Viva Rio, organização parceira na elaboração da sua primeira edição e responsável pela implementação do programa Serviço Civil Voluntário no Estado do Rio de Janeiro, detectou que após o término do projeto não havia continuidade no trabalho do jovem junto a comunidade, um dos objetivos do projeto. Observou-se que o jovem não se identificava com a comunidade e, portanto, não tinha interesse de trabalhar voluntariamente pela mesma; o fato de fazer o trabalho voluntário durante o curso não era suficiente para ele se conscientizar da importância desse trabalho.

A organização propôs mudanças no formato do projeto, que nas edições seguintes ao invés de investir na prática voluntária da forma em que fez anteriormente, optou por orientar os jovens para que eles próprios desenvolvessem um “guia de cidadania local”. O guia é o produto final de uma pesquisa feita pelos jovens sobre a história, o funcionamento, o meio ambiente, a cultura e

os serviços das suas comunidades. O objetivo desse trabalho era que o jovem passasse a se sentir “parte integrante” da comunidade em que vive e percebesse também que essa comunidade faz parte da sociedade como um todo. Verificou-se que mesmo não havendo uma prática voluntária estruturada, ao final do curso, o jovem estava muito mais envolvido com a comunidade, passando a desenvolver trabalhos voluntários e participar de associações comunitárias e organizações da sociedade civil em geral. A prestação de serviço comunitário se dá de formas diferentes dependendo da organização responsável pela implementação.

Em alguns estados o programa também atende jovens em cumprimento de sentença judicial. Nesse caso, as atividades são desenvolvidas dentro da penitenciária, e o serviço comunitário é substituído por atividades alternativas como a elaboração de um guia baseado em reflexões sobre os assuntos trabalhados durante a parte teórica, ligados à temática dos Direitos Humanos e Cidadania.

Desde o seu início, o programa vem acontecendo todos os anos, em diferentes estados. A última edição do Serviço Civil Voluntário aconteceu no ano de 2003.²⁴ As atividades se desenvolveram em 4 meses, num total de 600hs/aula, com jovens de 18 a 21 anos, onde os jovens recebiam um incentivo financeiro. Inicialmente o programa estava sob a tutela da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, mas atualmente encontra-se sob a coordenação do Ministério do Trabalho e é um dos componentes do Programa Primeiro Emprego do Governo Federal, que tem como objetivo encaminhar jovens ao mercado de trabalho. Os recursos financeiros são geralmente repassados pelo governo federal a governos estaduais, que fazem a distribuição para as organizações implementadoras.

ii. Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano

O Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, também conhecido como Agente Jovem, é uma ação coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, destinada a jovens entre 15 e 17 anos, visando o desenvolvimento pessoal, social e comunitário. O programa atendeu 55.000 jovens em 2003,²⁵ e oferece capacitação teórica e prática por meio de atividades que não configuram trabalho mas que possibilitam a permanência do jovem no sistema de ensino, preparando-o para futuras inserções no mercado. Assim como o Serviço Civil Voluntário, o Agente Jovem concede um incentivo financeiro durante o período em que o jovem estiver inserido. Ainda, pretende preparar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade e promover sua integração à família, à comunidade e à sociedade, incentivando o protagonismo juvenil.

O programa privilegia adolescentes que: estejam fora da escola; participem ou tenham participado de outros programas sociais (medida que dá cobertura às crianças oriundas de outros programas, como o da Erradicação do Trabalho Infantil); estejam em situação de risco ou vulnerabilidade social, sejam egressos ou estejam sob medida protetiva. O governo utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para priorizar as áreas de implantação do programa. Os recursos financeiros são repassados pelo governo federal a governos estaduais e/ ou municipais para o desenvolvimento do programa.

²⁴ Executada em 2004, devido a problemas operacionais.

²⁵ Dado retirado do website do Ministério do Desenvolvimento Social – www.mds.gov.br

iii. Prestação de serviço comunitário como medida punitiva alternativa:
Jovens em conflito com a lei

1. Jovens de até 18 anos:

Adolescentes (12 a 18 anos de idade) que cometeram alguma infração, têm a Prestação de Serviço Comunitário (PSC), como medida sócio-educativa alternativa às medidas de internação e/ou semiliberdade, com prazo máximo de duração de seis meses, estipulado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

A prestação de serviços à comunidade, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente²⁶, consiste na atribuição ao sentenciado de tarefas gratuitas, de interesse geral, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos ou em outros estabelecimentos semelhantes, bem como em programas comunitários ou estatais. O principal objetivo é oferecer ao adolescente a experiência da vida comunitária, de valores e compromisso social. É recomendado que os órgãos responsáveis pela medida estabeleçam parcerias entre órgãos públicos e organizações não governamentais que tenham uma proposta pedagógica bastante consistente e ofereçam a capacitação permanente dos profissionais envolvidos na sua execução.

A PSC, além de seu aspecto punitivo tem também um enfoque educativo, tanto para o adolescente autor do ato infracional quanto para a comunidade que se responsabiliza pelo desenvolvimento integral de seus jovens.

2. Jovens acima de 18 anos:

A Prestação de Serviço Comunitário também se dá no sistema penal para maiores de 18 anos, dependendo da gravidade do seu delito. A idéia é reforçar os valores sociais e evitar as desvantagens características das medidas privativas de liberdade.

A aplicação de sentenças alternativas tem como condicionantes: a pena de reclusão não ser superior a quatro anos; a não intencionalidade do crime; não ter existido ato de violência ou grave ameaça de violência; e a pessoa não ser reincidente em um crime intencional. O histórico dos antecedentes comportamentais, conduta social, intensidade da culpa e as circunstâncias em que o crime foi cometido também devem ser considerados.

Além desses programas, há uma série de outras iniciativas atuando em menor escala, de governos locais, da sociedade civil organizada e da iniciativa privada, com características semelhantes aos programas relacionados anteriormente. De modo geral, programas que incentivam a prestação de serviço comunitário enquanto desenvolvem habilidades e trabalham na formação de jovens não são novidade. No entanto as práticas são bastante heterogêneas, tanto na sua forma, quanto em efetividade nas diferentes localidades do País.

²⁶ Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.

c. Limitações dos programas existentes

Apesar das iniciativas citadas demonstrarem uma crescente preocupação em criar programas direcionados a jovens em situações econômica e socialmente menos privilegiadas, estas possuem uma série de limitações. As críticas estão normalmente relacionadas aos conteúdos metodológicos, implementação, monitoramento e avaliação e, finalmente, em relação ao alcance de jovens em situação de risco.

i. Conteúdos metodológicos e implementação

Programas e projetos pautados pela “promoção da cidadania” tem sofrido críticas de diversos setores por seus conteúdos metodológicos, que pouco evidenciam a promoção da cidadania. Além disso, equipes de Organizações Não Governamentais e de Prefeituras, normalmente encarregadas da implementação, carecem de acompanhamento político pedagógico, suporte administrativo e avaliação de suas práticas.²⁷

Apesar de algumas das premissas básicas desses programas serem a participação, a integração com a comunidade e o incentivo ao protagonismo juvenil; nem o jovem, tampouco a comunidade, tem um papel ativo nos desenhos dos programas.

Durante a pesquisa realizada para este trabalho, uma das reclamações mais evidentes dos jovens era a de que os programas que chegavam até eles raramente atendiam suas reais necessidades. O descrédito em programas governamentais fica explicitado na atitude de muitos dos entrevistados²⁸ que afirmavam não querer perder tempo caso esse trabalho fosse para o “governo”. A principal justificativa para essa afirmação foi que os programas governamentais tendem a ser efêmeros e não atendem as reais necessidades da comunidade. Apesar de propostas iniciais falarem de durações variando de seis meses a um ano, alguns programas acontecem em até três meses²⁹, tempo que não é suficiente para consolidar o envolvimento do jovem com a comunidade.

O jovem não é menos perspicaz que um adulto, e com frequência questiona práticas pouco participativas, que geralmente são delineadas a partir de demandas governamentais e não das reais necessidades da população. Isso acaba refletindo em serviços pouco significativos para a comunidade como um todo. Nesse ponto é comum que as comunidades de forma geral sejam ignoradas e que se desperdice talvez a melhor oportunidade de integração e comprometimento do jovem, que deveria se dar antes mesmo do início das atividades, no desenvolvimento do projeto. A falta de concepções estratégicas, de continuidade, e principalmente de processos verdadeiramente participativos acaba por desestimular a atuação dos jovens.

²⁷ Sposito e Carrano, 2004.

²⁸ O Grupo Jovem de Criação de Políticas Públicas entrevistou 30 jovens com o perfil do público alvo desta proposta em agosto de 2004. O objetivo das entrevistas era validar o entendimento deles por serviço comunitário e/ou voluntário e sobre a possibilidade de participação em programas desta natureza.

²⁹ Segundo informação obtida em entrevista com Senhor Marco Aurélio Martins, da Organização Viva Rio, devido a problemas de ordem burocrática, a organização responsável pela liberação da verba no Estado do Rio de Janeiro determinou que o programa fosse realizado em três meses.

Quanto à prestação de serviço comunitário como medida sócio-educativa é possível perceber problemas ligados principalmente à execução. Apesar da recomendação de que os programas de atendimento estabeleçam parcerias entre órgãos públicos e organizações não governamentais, tenham uma proposta pedagógica bastante consistente, e ofereçam a capacitação permanente dos profissionais envolvidos na sua execução, isso não é verificado com frequência³⁰. Em alguns casos, a comunidade mostra-se resistente em receber o jovem em conflito com a lei. Segundo a pesquisa do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência (ILANUD), esse receio está ligado ao que se convencionou chamar de “mito do hiperdimensionamento” do problema e da periculosidade do adolescente. A pesquisa ainda aponta para o fato desse “mito” ser resultado de uma crescente manipulação de informações, em especial da mídia. Sem o esclarecimento devido, a comunidade acaba estigmatizando o jovem, desprezando o fato de que quando devidamente estimulado ele pode reintegrar-se à sociedade, contribuindo para o desenvolvimento através do exercício da cidadania.

No caso da prestação de serviço comunitário para maiores de 18 anos a situação é ainda mais complexa. O fato de as sentenças alternativas serem aplicadas unicamente nos casos de sentenças não superiores a quatro anos, aliado à tendência de a polícia procurar obter confissões que admitam a comissão de crimes mais graves do que aqueles de fato cometidos, contribui para o favorecimento de medidas privativas de liberdade.³¹ Parece haver uma tendência entre juizes de evitar a imposição de sentenças alternativas, mesmo no caso de réus primários. De acordo com relatório realizado pela Rede Nacional de Direitos Humanos, isso se deve à crescente pressão por parte da opinião pública, que exige sejam tomadas fortes medidas de combate à criminalidade e que os criminosos sejam mantidos na prisão.³²

ii. Monitoramento e Avaliação

A aparente ausência de registros sobre avaliação e acompanhamento gerencial de tais programas resulta em uma grande dificuldade em inferir sobre desempenho das ações. Parece existir atualmente um movimento por parte do governo federal na direção de investir em programas de monitoramento e avaliação mais consistentes, no entanto ainda não existem informações públicas confiáveis disponíveis.³³

No caso da prestação de serviço comunitário como medida punitiva alternativa, se verifica uma discrepância nas práticas em diferentes localidades. Essas diferenças sinalizam, mais uma vez, mecanismos de monitoramento e avaliação pouco efetivos (quando existentes). É possível afirmar que a herança deixada por décadas de administrações pouco democráticas e participativas resulta em práticas isoladas, sem avaliação e, portanto, muito limitadas em relação ao seu alcance e sustentabilidade.

³⁰ ILANUD e UNICEF, 2004

³¹ Rede Nacional de Direitos Humanos: <http://www.rndh.gov.br/>

³² Ibid. 20

³³ Nos dias 2 e 3 de Dezembro foi realizado o Seminário Nacional de Proteção Social Básica, que reuniu técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, representantes estaduais e 50 adolescentes atendidos pelo programa Agente Jovem em todo o país, com o objetivo de avaliar o andamento dos programas de assistência social do governo federal. (ver www.radiobras.gov.br).

A necessidade e interesse em criar programas para “jovens em situação de risco” são claros. No entanto, as iniciativas observadas nos mostram que mais é necessário. É preciso que se adote uma abordagem mais positiva em relação ao jovem, que se crie programas e projetos que defendam e incentivem o desenvolvimento de aspectos positivos e capacidades como mobilização, liderança, participação e governança. Novas estratégias devem ir além do que é oferecido atualmente na maioria das escolas ou organizações para jovens, é preciso remodelar as iniciativas existentes a fim de promover o jovem como cidadão construtivo e líder comunitário. E isso é especialmente verdadeiro para jovens mais velhos (18 a 25), que não irão para a faculdade.

Os programas atuais falham em manter o interesse e a atenção do jovem, e com frequência eles passam para a idade adulta com pouco apoio, poucas conexões na comunidade e ainda menos habilidades cívicas e políticas.

Políticas específicas, articuladas e transversais, coordenadas por uma instância gestora do poder público, articulando diferentes setores da sociedade, organizações governamentais e não governamentais³⁴ são fundamentais para que possamos dar o suporte necessário para que jovens em situação de risco tenham alternativas viáveis e se desenvolvam plenamente.

Sem estratégias claras e flexíveis em termos de capacidades e motivação, que encontrem jovens onde eles estiverem, e abram caminho para que eles alcancem melhores resultados, não devemos esperar que surjam os novos líderes necessários para o pleno desenvolvimento de nosso país.

³⁴ Projeto Juventude, Instituto Cidadania.

IV. Por uma política de serviço para jovens em situação de risco: recomendações

A escolha de propor uma Política de Serviço Jovem como alternativa para combater o crescente envolvimento de jovens na violência urbana do país se baseia em duas idéias principais: que jovens aprendam e se desenvolvam através da participação ativa em serviços planejados e organizados, utilizando as habilidades adquiridas para gerar resultados visíveis para eles e para a comunidade; e que se crie oportunidade de elevação da auto estima e de mudança de imagem do jovem previamente envolvido com a criminalidade, ou estigmatizado pela proximidade com o crime.

Programas e projetos de serviço jovem devem constituir uma forma de capacitação e treinamento enquanto trazem benefícios visíveis para a comunidade e a sociedade em geral, criando condições para que jovens e adultos trabalhem em conjunto, em prol do desenvolvimento deles próprios e da comunidade.

Uma política de Serviço Jovem deve ser baseada em um ideal holístico, procurando trabalhar diversos aspectos do jovem de forma articulada, proporcionando o maior envolvimento do jovem com a comunidade e a sociedade em geral.

a. Estratégias para atingir o público alvo

Após extensiva análise dos programas de Serviço Jovem no País, concluiu-se que os programas existentes raramente alcançam jovens já envolvidos, ou muito próximos do envolvimento com a criminalidade. Diante da necessidade de desenvolver programas que consigam “dialogar” com esses jovens, uma política específica deve ter como princípios fundamentais:

- Desenvolver estratégias de atração diversificadas considerando as especificidades locais e de cada subgrupo definidos na seção I deste documento como “jovens em situação de risco”.
- A Identificação de pessoas chave - atores locais - para inserção local. Estratégias de ação devem ser traçadas junto às comunidades. Membros da própria comunidade possuem conhecimentos e maior legitimidade para localizar, e dialogar inicialmente com jovens que já estejam em estágios avançados de envolvimento com o crime.
- Procurar envolver jovens que já tenham passado por situações de envolvimento com a criminalidade, e optado por deixá-la, no desenho e implementação de programas e projetos. Jovens com esse perfil já possuem um certo preparo e experiência para contribuir neste processo. Sua experiência além de ser importante no desenvolvimento de estratégias de atração, podem servir como ‘modelo’ para os jovens ingressando no programa.
- Tratamento integrado e personalizado, porém não discriminatório. É fundamental que os jovens não sejam estigmatizados. Programas que integrem jovens com diferentes histórias de vida, gênero, que estejam envolvidos, previamente envolvidos ou não envolvidos com a criminalidade, são ideais para diminuir o preconceito e o estigma.
- Adoção de metodologias participativas, promovendo o empoderamento do jovem, com atenção à igualdade de oportunidades e acesso.

- Oferecer mecanismos de aconselhamento e suporte psicológico ao jovem e à família quando necessário. Estes mecanismos devem estar disponíveis a todos os jovens atendidos independente da sua situação. Deve-se procurar formas de incentivar os jovens a participar de tais atividades, a conversar sobre os seus problemas, respeitando, porém, os limites e tempo de cada jovem.
- Estabelecer parcerias com instituições públicas, privadas ou da sociedade civil, para suporte principalmente em áreas como: saúde, tratamento de dependência química, planejamento familiar, aconselhamento legal, transporte e emissão de documentos.
- Investir em treinamento e capacitação continuada para os profissionais que irão trabalhar com o jovem.
- Finalmente, ter provisão em casos especiais para remoção e suporte de jovens que necessitam ser retirados das comunidades, ou até das cidades onde vivem, devido a conflitos que ameacem a sua sobrevivência.

b. Atividades desenvolvidas

Os Programas devem ser multifacetados e flexíveis para ter um impacto positivo e duradouro. Com o objetivo de conectar o desenvolvimento individual e a promoção de habilidades dos jovens às ações realizadas em benefício da comunidade, recomenda-se que os programas desenvolvam atividades pautadas nos seguintes aspectos:

- ▲ Incentivo à liderança/ protagonismo juvenil;
- ▲ Prestação de Serviço Comunitário significativo;
- ▲ Aumento de capacidades/ habilidades voltadas para o mercado de trabalho;
- ▲ Promoção da cidadania ativa e cultura de paz;
- ▲ Elevação do nível educacional.

i. Incentivo à liderança/ protagonismo juvenil

O que faz um programa de serviço jovem diferente de um programa exclusivamente focado em capacitação ou educação é que nesse tipo de programa o próprio jovem deve fazer algo para melhorar a sua condição de vida e as condições da comunidade. Deve-se incentivar o jovem a comprometer-se com a perspectiva de mudança da realidade social em que está inserido, assumindo o papel de protagonista dessa mudança.

É importante que o jovem tenha “voz ativa”, ou seja, que seu ponto de vista seja levado em conta na seleção, planejamento, implementação e avaliação do serviço que está desenvolvendo. O incentivo à liderança é fundamental para engajar os jovens na utilização de habilidades adquiridas para gerar resultados visíveis para eles e para a comunidade.

ii. Prestação de serviço comunitário significativo

Uma das premissas que apoia o serviço comunitário e o voluntariado é a de que quando jovens têm oportunidade de participação na sociedade através de seus serviços, eles tiram vantagens das oportunidades que lhes são dadas. É importante que se defina a proposta e o papel da participação do jovem em serviços comunitários e se discuta com a própria comunidade antes de agir, perguntando o que a comunidade quer e precisa.

Programas e projetos que envolvam os jovens em tarefas desafiadoras, que exijam que eles desenvolvam pensamento crítico, tomem decisões e resolvam problemas são fundamentais para prender o interesse do jovem. No entanto, é ideal que as atividades sociais desenvolvidas tenham metas definidas e claras, além de serem significativas para a comunidade. A visibilidade proporcionada pelo trabalho comunitário valoriza o jovem, promove um sentimento de inclusão, contribuindo para a elevação da auto estima, além de ser um fator importante para a mudança da imagem dele perante a comunidade.

A melhor maneira de definir as atividades da prestação do serviço comunitário é desenvolver um processo de consulta com a comunidade, além de analisar cuidadosamente as potencialidades locais. Algumas das atividades encontradas em programas de sucesso são: construção de instalações de uso público (creches, centros comunitários, postos de saúde, centros desportivos), construção de casas populares, restauração e manutenção de espaços públicos (praças, museus), preservação do meio ambiente (campanhas de conscientização, limpeza de áreas verdes, plantio de árvores), atividades de prestação de serviço (recreação para crianças na comunidade, acompanhamento de idosos em passeios, promoção de eventos na comunidade e auxílio administrativo e de manutenção em órgãos públicos), participação em campanhas de imunização e prevenção de doenças, entre outras.

Os projetos devem demonstrar respeito à diversidade, envolvendo jovens de ambos os sexos, independente de raça, religião ou habilidades, em todas as práticas.

iii. Aumento de capacidades/ habilidades voltadas para o mercado de trabalho

Os programas de serviço jovem tem grande potencial de incentivar novas formas de inserção produtiva, como cooperativas de trabalho, empreendedorismo e o trabalho social. É recomendável que se desenvolvam atividades voltadas para orientação vocacional, programas de aprendizagem, treinamento, ou planejamento de carreira (possibilidades de ingressar na universidade ou em outros cursos). Nesse aspecto, é possível inclusive aproveitar para unir um treinamento profissionalizante com o serviço comunitário, utilizando os conhecimentos recém adquiridos pelos jovens em atividades que possam ser úteis à comunidade. Seria uma forma de reforçar o aprendizado na prática.

Pode-se também desenvolver trabalhos com orientação personalizada, utilizando mentores – adultos que já tenham percorrido os caminhos almejados por eles, para orientar o trabalho dos jovens aprendizes. Pessoas que possam orientá-los na busca por seus objetivos profissionais, bem como ter acesso a cursos, estágios e empregos.

iv. Promoção da cidadania ativa e cultura de paz

A promoção da cidadania ativa e a cultura de paz devem ser intrínsecas a todos os aspectos de programas e projetos. É fundamental que se desenvolva o entendimento do jovem sobre cidadania e sobre seus direitos e deveres como cidadãos. Para que um indivíduo possa atuar como agente de mudança, é necessário também que tenha um entendimento sobre estruturas governamentais e políticas públicas. Programas devem fomentar a participação daqueles que previamente não se sentiram parte da arena política, mostrando como podem participar ativamente na formação das suas próprias agendas de mudança.

A questão da violência deve ser tratada com a abordagem da saúde pública. Recomenda-se discutir os impactos das diversas formas de violência na vida de jovens, da comunidade e da sociedade como um todo, de forma a incentivar o entendimento e formas alternativas (não violentas) de resolução de conflitos.

Deve-se incentivar uma maior (e melhor) comunicação, interação e valorização de parcerias na comunidade, com intuito de fortalecer uma convivência harmoniosa entre os atores locais.

v. Elevação do nível educacional

Existe um consenso de que a educação é uma forma eficaz e positiva de manter os jovens fora da criminalidade. Sabe-se que a falta do primeiro grau completo dificulta muito o ingresso no mercado de trabalho, aumentando assim o apelo do crime e do tráfico de drogas como caminhos para a sustentação econômica³⁵.

Desta forma, é importante que os programas tenham um componente de incentivo à educação, que pode inclusive ser efetuado através de parcerias com escolas locais. Os programas devem incentivar a reinserção escolar no caso de jovens que abandonaram a escola e disponibilizar (mesmo que através de parceiras) reforço escolar.

Também é importante que o componente educacional de programas e projetos incentive a reflexão antes, durante e depois da prestação do serviço, fazendo com que os jovens desenvolvam raciocínio crítico.

c. Gestão:

A gestão de um programa nacional, de grande escala, deve seguir as diretrizes da Política Nacional, mas ser implementada por organizações locais, sob a coordenação de uma instância/órgão Nacional.

- Tanto organizações da sociedade civil como prefeituras podem estar aptas a receber recursos governamentais, sendo responsáveis pela implementação do programa, ressaltando a preferência por organizações que já atuam localmente para a implementação de programas e projetos.

³⁵ Manual de metodologia Luta Pela Paz, 2004.

- As organizações responsáveis pela implementação devem realizar avaliações preliminares participativas, em conjunto com a comunidade, objetivando adaptar o programa às necessidades locais. O órgão gestor nacional deve estar apto a capacitar organizações locais a fazer esse tipo de avaliação.
- Os programas devem ser monitorados em nível local, seguindo diretrizes do programa nacional.
- Avaliações periódicas devem ser realizadas com a participação de membros da entidade responsável pelo programa em âmbito nacional, pelas entidades responsáveis pela implementação no nível local, membros da comunidade e beneficiários do programa.
- Pode-se abrir ainda a possibilidade para parcerias público-privadas para a gestão e implementação de projetos, quando a lei permitir.

d. Operacionalização:

Recomenda-se a realização de um projeto piloto que culminaria em um programa de grande escala, configurando claramente uma política Nacional de Serviço Jovem. Essa proposta não elimina um diálogo visando à incorporação ou adequação de projetos similares existentes, desde que esses venham a seguir as diretrizes fundamentais da nova política.

A realização de um projeto piloto cuidadosamente monitorado, avaliado e documentado, pode ensinar preciosas lições quanto à viabilidade de programas e projetos, bem como possíveis dificuldades de implementação e gestão. O piloto deve preferencialmente ser realizado em mais de uma localidade concomitante, para avaliar diferenças locais, diminuindo assim possíveis distorções de análise.

Uma das vantagens de programas de serviço jovem é a oportunidade da articulação entre projetos previamente existentes para a consecução de programas. É importante ressaltar que um piloto não precisa ser um projeto inteiramente novo, pode ser a adaptação de projetos existentes que trabalhem de forma articulada para atender às diretrizes da política nacional, colocando assim o foco no jovem, e não em projetos.

e. Duração de programas e projetos:

Em um levantamento feito dentre programas de serviço jovem bem sucedidos em outros países, verificou-se a existência de programas com diferentes durações, em geral variando de um a dois anos.

Com base no estudo realizado e também através da experiência adquirida pelo Viva Rio, através do projeto Luta Pela Paz, em 4 anos de trabalho com “jovens em situação de risco”, recomenda-se que um programa não tenha duração inferior a um ano, com mais um ano de acompanhamento. Um programa de acompanhamento pode ser desenvolvido através de aconselhamento individual e/ ou de eventos coletivos, com periodicidade mensal.

É importante assegurar que ao final do programa “as portas não se fecharão” para o jovem. Para que o envolvimento tenha sido e continue sendo verdadeiro, o jovem não deve ser simplesmente deixado sem nenhum suporte, colaboração ou orientação.

f. Considerações complementares

É fundamental que programas de serviço jovem tenham componentes orientados à inserção no mercado de trabalho, no entanto é importante que não sejam confundidos com programas “de” inserção no mercado de trabalho. Um programa de serviço deve ter um escopo muito mais amplo que somente a profissionalização. Habilidades adquiridas em um programa de serviço costumam aumentar as chances de empregabilidade de participantes, já que têm impacto direto no desenvolvimento de habilidades interpessoais, trabalho em equipe, construção de redes de contatos, além de referências para futuros empregos. O serviço comunitário, quando bem orientado, deve constituir uma forma de capacitação e treinamento enquanto traz benefícios visíveis para a comunidade e a sociedade em geral.

Um outro ponto importante a ser observado é a comunicação entre os governos Nacional, local e organizações implementadoras. Um canal de comunicação entre diferentes instâncias de governo e organizações da sociedade civil, onde se possa trocar experiências, e discutir situações emergenciais, não previstas anteriormente, é uma excelente maneira de dirimir as chances de insucesso.

V. **Recomendações para lidar com obstáculos potenciais na implementação de programas e projetos**

Três questões foram identificadas como obstáculos potenciais à implementação de programas e projetos de serviço jovem: o envolvimento da comunidade, a participação efetiva e comprometimento do jovem e a sustentabilidade do projeto.

a. Envolvimento da comunidade

Talvez o maior desafio em programas de serviço jovem seja conectar as atividades de forma que elas produzam benefícios para jovens e para a comunidade em geral. A idéia é criar condições onde jovens e adultos trabalhem em conjunto, em prol do desenvolvimento deles próprios e da comunidade. Uma das críticas tradicionais a programas de serviço jovem é a de que com frequência envolve os jovens em atividades superficiais, que não abordam questões essenciais ao bem estar da comunidade/sociedade. Ainda, é comum programas colocarem ênfase no desenvolvimento individual do jovem ou na contribuição do jovem para a comunidade, ao invés de **facilitar a interação** entre o jovem e a comunidade. Iniciativas que focam totalmente no desenvolvimento individual correm o risco de associar a imagem do jovem a atividades com pouca importância.

Organizações locais devem conduzir uma avaliação de necessidades a respeito do que a comunidade realmente precisa, e trabalhar o programa em torno dessa/dessas necessidades. Programas e projetos têm um tempo de preparação onde o planejamento deve ser cuidadosamente elaborado. Comunidades diferentes podem ter tempos de maturação/aceitação diferentes. Com relação ao tempo, é importante que se monitore os acontecimentos para poder adequar estratégias a possíveis diferenças no andamento dos projetos. Recomenda-se que essas características sejam avaliadas pelos responsáveis pela implementação de forma a garantir o pleno funcionamento de programas e projetos. No entanto deve se estar atento para o fato de que comunidades diferentes podem manifestar engajamento comunitário de diferentes formas.

É importante mobilizar a comunidade para que ela possa apoiar o jovem e a realização do programa como um todo. É recomendável que se inclua um componente de aconselhamento/acompanhamento psicológico e/ou “*coaching*”³⁶. E, sempre que possível, desenvolver atividades de integração entre os jovens participantes e a comunidade em geral. É fundamental que a comunidade seja envolvida em todas as fases, incluindo planejamento, monitoramento e avaliação de projetos.

Um outro ponto importante que vale ressaltar é a percepção da sociedade em geral a respeito do jovem, que ainda é muito contraditória. É comum se ouvir falar do jovem como alguém “sem compromisso” e/ou “violento”. Sabendo-se que esforços para envolver o jovem como

³⁶ A palavra “coaching” vem do idioma inglês, começou ser utilizada para descrever o treinamento esportivo. Na última década a expressão começa a ser também utilizada para descrever práticas onde uma pessoa acompanha outra em um processo como se fosse um “treinador” esportivo. Nessa prática existe um vínculo pessoal de “treinador” com o “treinado”, que presta apoio e aconselhamento em diversos aspectos da vida pessoal e profissional.

protagonista devem ser estrategicamente apoiados por uma gama de atores, esses devem entender quem é o jovem e como ele se desenvolve – o que exige informação e capacitação específica. Para que isso aconteça, além da capacitação para profissionais que trabalharão com o jovem, recomenda-se uma ação mais ampla, visando aumentar a consciência da comunidade e da sociedade em geral sobre as potencialidades do jovem. Uma campanha de grande escala, com envolvimento da mídia, é uma forma de tratar de preconceitos e percepções errôneas baseadas em generalizações e informações imprecisas.

b. Participação efetiva e comprometimento do jovem

Existe uma série de questionamentos em relação à participação efetiva dos jovens. Há uma distância entre ouvir os pontos de vista de jovens e integrá-los à prática no desenvolvimento de programas e projetos.

O Relatório Mundial do Jovem de 2003³⁷ chama a atenção para a importância de definir – e dar oportunidade aos jovens de entender e identificar – valores, atitudes, habilidades e o nível de comprometimento esperado deles, com tanta clareza quanto as qualidades negativas, não esperadas, ou não “desejáveis”, para evitar a falta de comprometimento e até o desligamento prematuro de programas e projetos.

É importante valorizar a participação e “dar voz” ao jovem. Quando o jovem percebe que está sendo escutado, e que tem influência real nas decisões sobre o que é melhor para ele, o jovem se sente valorizado e conseqüentemente mais motivado a participar. Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos³⁸, onde o Serviço jovem é bastante desenvolvido, atesta que “o jovem não quer brincar”. A pesquisa demonstra que os jovens respondem a programas comunitários que os incentivam a tomar responsabilidades e desenvolver conhecimentos, habilidades.

Para envolver os jovens significativamente, organizações, programas e ou projetos devem oferecer mais do que iniciativas do tipo “é pegar ou largar” e estratégias isoladas. É preciso oferecer apoio para jovens em sua transição para a vida adulta de forma coordenada, incentivando a sua participação no desenvolvimento de programas e projetos, bem como permitindo que eles escolham que caminhos seguir. Ainda, é importante ter objetivos claros e monitoramento constante, para que o próprio jovem possa acompanhar o seu desenvolvimento.

i. Participação ou manipulação?

Outra grande crítica à participação é a prática de manipular a contribuição de jovens para atender a agendas previamente definidas por adultos. Uma das formas de vencer essa barreira é investir na capacitação de profissionais que trabalharão diretamente com os jovens, bem como de políticos eleitos, técnicos governamentais, organizações da sociedade civil e dos próprios jovens sobre a importância e o significado da participação efetiva.

A desconfiança em relação a programas e ou projetos de governo é mais um obstáculo à participação juvenil. O Grupo de Criação de Políticas Públicas relatou grande resistência por

³⁷ World Youth Report, 2003.

³⁸ Princeton Survey Research Associates (1998)

parte dos jovens entrevistados, que depois de esclarecidos sobre a finalidade da pesquisa, demonstravam desconfiança e afirmavam não acreditar em iniciativas “do governo”. Em El Alto Bolívia³⁹, após detectada uma resistência por parte de jovens em participar de programas de serviço jovem, foram constatados desconfiança, pouca tradição em práticas de cidadania, rivalidades entre organizações da sociedade civil, pouca experiência em trabalhar questões locais e, finalmente, o curto período de realização de programas como principais motivos da não participação.

Para que a participação seja efetiva é importante assegurar que os jovens participantes sejam representativos de diferentes culturas, grupos, etnias ou religiões. Recomenda-se também uma preocupação em não “formar profissionais em discurso”, ou seja, jovens que se tornem “*experts*” em falar em eventos, que percam contato com a comunidade e suas preocupações locais.

Se o objetivo é aumentar a abrangência da participação, em termos de diversidade, um dos desafios é achar formas de ajudar jovens a maximizar a influência e relevância das suas ações nas comunidades, sem minimizar as suas escolhas.

ii. Incentivo financeiro

A questão financeira leva muitos jovens a abandonar, ou nem sequer participar de projetos sociais, devido à necessidade de contribuir para o sustento da família (quando não são a única fonte de renda).

Recomenda-se que os programas ofereçam um incentivo financeiro para garantir que o jovem possa se dedicar aos estudos enquanto participa. Para diminuir a evasão durante o desenvolvimento dos trabalhos, pode-se também oferecer um “prêmio” ao completar o programa, que pode ser monetário ou em forma de crédito estudantil. Iniciativas como essas, além de incentivar a conclusão do trabalho, podem impulsionar futuras ações.

Oferecer orientação vocacional, aconselhamento para o trabalho e reforço escolar também são formas de incentivar a participação do jovem.

iii. Incentivar culturas alternativas à cultura da violência e criminalidade

Procurar incentivar a participação de jovens em manifestações culturais alternativas às incentivadas pelos grupos criminosos também é uma forma de fortalecer os laços do jovem com o projeto.

Jovens precisam de exemplos a serem seguidos. Pessoas que tenham passado pelas mesmas dificuldades e as tenham superado com sucesso são um componente importante para o envolvimento de jovens em situação de risco.

O Grupo de Criação de Políticas Públicas sugeriu que uma estratégia interessante para atrair jovens em situação de risco para tais programas seria envolver os “primeiros”, ou seja, jovens que tenham o perfil do público alvo que sirvam de “exemplo” para os outros. Eles afirmaram que

³⁹ UN Habitat (2004)

quando conseguem perceber o sucesso do outro, os jovens são facilmente atraídos pela proposta. O envolvimento de jovens experientes na condução de programas e projetos também é uma forma de motivação para os iniciantes, que passam a ver o resultado de um trabalho feito com dedicação, além de oportunidades de crescimento e evolução.

O World Youth Report 2003 ressalta que uma das formas mais eficazes de envolver e incentivar jovens que tiveram muito pouco suporte e oportunidades é abordar dificuldades enfrentadas por eles mesmos, seus amigos, familiares, comunidade e a sociedade. É recomendável que se desenvolva suas habilidades em lidar com problemas que os afetam diretamente, engajá-los em procurar soluções e alternativas, contribuindo para o desenvolvimento de uma forma mais ampla.

As rivalidades entre jovens líderes, grupos de jovens, gangues e facções criminosas também podem ser um entrave na implementação de programas e projetos. Nesses casos propõe-se que sejam observados contextos locais e, quando possível, desenvolvam-se programas de mediação, convivência e resolução pacífica de conflitos.

c. Sustentabilidade

A sustentabilidade de programas e projetos de serviço jovem depende em grande parte do firmamento de parcerias a nível local. Programas que pretendem trabalhar o jovem de forma holística devem procurar a cooperação de outras organizações, governamentais ou não, para o alcance de seus objetivos.

Os custos de um programa no formato proposto neste documento, sem o firmamento de parcerias, poderiam inviabilizar a sustentabilidade do mesmo.

A realização de parcerias, tanto entre diferentes instâncias de governo, como com organizações do terceiro setor e privadas, é observada na grande maioria dos programas e projetos de sucesso.

Programas de serviço jovem têm grande apelo para organizações do setor privado. A característica de combinar a formação de profissionais qualificados para o trabalho, formando bases para o desenvolvimento do País, com a prestação de serviço comunitário que dá visibilidade aos programas e projetos, faz com que empresários se interessem.

Aproveitando esse apelo, as parcerias público-privadas representam uma possibilidade de garantir a sustentabilidade de programas e projetos, quando a lei permitir.

VI. Conclusão

Nos últimos 20 anos, o aumento do envolvimento de crianças e adolescentes na violência urbana tem sido demonstrado pelas estatísticas de criminalidade. O número de adolescentes presos por delitos ligados somente ao tráfico de drogas passou de 100 em 1980 para 1584 em 2000, um aumento de 1.340%⁴⁰. Como mostra a pesquisa de Dowdney, o tráfico tem se tornado cada vez mais atraente para crianças e adolescentes, principalmente em razão de ausência de alternativas de emprego, de ascensão social, de *status* e de geração de renda. Nessas condições, o tráfico se torna, para um grupo específico de adolescentes e jovens, “a melhor alternativa entre opções limitadas”⁴¹.

É necessário adotar, juntamente com políticas universais de proteção e atendimento, políticas direcionadas que atentem para as especificidades de “jovens em situação de risco”, visando atuar no âmbito preventivo, bem como na retirada/ reintegração de jovens já envolvidos na criminalidade.

A proposta de uma política de serviço jovem como alternativa para combater o crescente envolvimento de jovens na violência urbana do país representa uma aposta no potencial da juventude brasileira.

A idéia é que jovens aprendam e se desenvolvam através da participação ativa em serviços planejados e organizados de forma a satisfazer as necessidades da comunidade. O principal diferencial de um programa de serviço jovem é que nesse tipo de programa o próprio jovem deve fazer algo para melhorar a sua condição de vida e as condições da comunidade. Incentivando o jovem a comprometer-se com a perspectiva de mudança da realidade social em que está inserido, assumindo o papel de protagonista dessa mudança, programas de serviço jovem promovem a inclusão social e aumentam a auto-estima do jovem.

A possibilidade de utilizar habilidades adquiridas para gerar resultados visíveis para eles e para a comunidade também contribui para a mudança de imagem dos jovens previamente envolvidos com a criminalidade. O reconhecimento através do serviço comunitário tem uma simbologia importante para o jovem que de “bandido” passa a ser visto como contribuinte para o desenvolvimento da comunidade. O serviço jovem, quando bem orientado, deve constituir uma forma de capacitação e treinamento enquanto traz benefícios visíveis para a comunidade e a sociedade em geral, criando condições para que jovens e adultos trabalhem em conjunto, em prol do desenvolvimento deles próprios e da comunidade.

⁴⁰ Dowdney, 2003.

⁴¹ Dowdney, 2003. Pág. 220.

VII. Sumário Executivo

Nos últimos 20 anos, o aumento do envolvimento de crianças, adolescentes e jovens na violência urbana é bem demonstrado pelas estatísticas de criminalidade. Dentre outras coisas, como mostra a pesquisa de Dowdney, o tráfico tem se tornado cada vez mais atraente para crianças e adolescentes principalmente em razão de ausência de possibilidades alternativas de emprego, de ascensão social, de *status* e de dinheiro, “a melhor alternativa entre opções limitadas”⁴².

A proposta de uma política de serviço jovem, como alternativa para combater o crescente envolvimento de jovens na violência urbana do país aposta no potencial da juventude brasileira como peça chave para o desenvolvimento do país. A idéia é que jovens aprendam e se desenvolvam através da participação ativa em serviços planejados e organizados de forma a satisfazer as necessidades da comunidade.

Diante da necessidade de uma política clara, que alcance jovens já envolvidos, ou muito próximos do envolvimento com a criminalidade, programas e projetos devem ter estratégias específicas de alcance do público alvo, considerando a heterogeneidade desse grupo. Com essa finalidade propomos aqui que as estratégias estejam focadas em:

- Adolescentes em conflito com a lei (cumprindo medida sócio-educativa);
- Adolescentes e jovens envolvidos no trafico de drogas e/ ou em gangues (não necessariamente tendo estado oficialmente em conflito com a lei);
- Adolescentes e jovens em “situação de risco” pela proximidade do crime, especificando aí jovens entre 15 e 24 anos, que vivem em famílias com renda *per capita* de até ½ salário mínimo (abaixo da linha de pobreza nacional);
- Adolescentes e Jovens de 15 a 24 anos que não completaram o ensino fundamental; e
- Jovens que vivem em áreas com níveis de violência muito elevados.

Quanto ao alcance do público alvo, propomos:

- Desenvolver estratégias de atração diversificadas considerando as especificidades locais e de cada subgrupo definidos na seção I deste documento como “jovens em situação de risco”.
- A Identificação de pessoas chave - atores locais - para inserção. Estratégias de ação devem ser traçadas junto às comunidades. Membros da própria comunidade possuem conhecimentos e maior legitimidade para localizar, e dialogar inicialmente com jovens que já estejam em estágios avançados de envolvimento com o crime. (pg 16)
- Procurar envolver jovens que já tenham passado por situações de envolvimento com a criminalidade, e optado por deixá-la, no desenho e implementação de programas e projetos. Jovens com esse perfil já possuem um certo preparo e experiência para contribuir neste processo. Sua experiência além de ser importante no desenvolvimento de estratégias de atração, podem servir como ‘modelo’ para os jovens ingressando no programa.
- Tratamento integrado e personalizado, porém não discriminatório. É fundamental que os jovens não sejam estigmatizados. Programas que integrem jovens com diferentes histórias

⁴² Dowdney, 2003. Pág. 220.

de vida, gênero, envolvidos, previamente envolvidos e não envolvidos com a criminalidade, são ideais para diminuir o preconceito e estigma.(pg 16)

Quanto as atividades Desenvolvidas em programas e projetos:

Com objetivo de conectar o desenvolvimento individual e a promoção de habilidades dos jovens as ações realizadas para ajudar a comunidade, recomenda-se que programas desenvolvam atividades pautadas em:

- Incentivo à liderança/ protagonismo juvenil;
- Prestação de serviço comunitário significativo;
- Aumento de capacidade/ habilidades voltadas para o mercado de trabalho;
- Promoção da cidadania ativa e cultura de paz; e
- Elevação do nível educacional.

Quanto à gestão, implementação, monitoramento e avaliação:

A gestão de um programa nacional, de grande escala, deve seguir as diretrizes da Política Nacional, mas ser implementado por organizações locais, sob a coordenação de uma instância/ órgão Nacional.

- Tanto Organizações da Sociedade Civil como Prefeituras podem estar aptas receber recursos governamentais, sendo responsáveis pela implementação do programa. (pg 19)
- Pode-se abrir ainda a possibilidade para parcerias público-privadas para a gestão, e implementação de projetos, quando a lei permitir.
- Recomenda-se a realização de um projeto piloto cuidadosamente monitorado, avaliado e documentado, que culminaria em um programa de grande escala, configurando claramente uma política nacional de Serviço Jovem. Essa proposta não elimina um diálogo visando à incorporação ou adequação de projetos similares existentes, desde que esses venham a seguir as diretrizes fundamentais da política proposta.
- As organizações responsáveis pela implementação devem realizar avaliações preliminares participativas, em conjunto com a comunidade, objetivando adaptar o programa as necessidades locais. O órgão gestor nacional deve estar apto a capacitar organizações locais a fazer esse tipo de avaliação.
- Os programas devem ser monitorados em nível local, seguindo diretrizes do programa nacional.
- Avaliações periódicas devem ser realizadas com a participação de membros da entidade responsável pelo programa em âmbito nacional, pelas entidades responsáveis pela implementação no nível local, membros da comunidade e beneficiários do programa.
- É possível inclusive aproveitar para unir um treinamento profissionalizante com o serviço comunitário, utilizando os conhecimentos recém adquiridos pelos jovens em atividades que possam ser úteis à comunidade.
- Investir em treinamento e capacitação continuada para os profissionais que irão trabalhar com o jovem.

Quanto ao engajamento de jovens e comunidades:

Talvez o maior desafio em programas de serviço jovem seja conectar as atividades de forma que elas produzam benefícios para jovens e para a comunidade em geral. A idéia é criar condições onde jovens e adultos trabalhem em conjunto, em prol do desenvolvimento deles próprios e da comunidade.

- Para envolver os jovens significativamente, organizações, programas e ou projetos devem oferecer mais do que iniciativas do tipo “é pegar ou largar” e estratégias isoladas. É preciso oferecer apoio para jovens em sua transição para a vida adulta de forma coordenada, incentivando a sua participação no desenvolvimento de programas e projetos, bem como permitindo que eles escolham que caminhos seguir.
- Adoção de metodologias participativas, promovendo o empoderamento do jovem, com atenção a igualdade de oportunidade e acesso. Quando o jovem percebe que está sendo escutado, e tem influencia real nas decisões sobre o que é melhor para ele, o jovem se sente valorizado, e conseqüentemente mais motivado a participar.
- Recomenda-se que programas ofereçam um incentivo financeiro, para garantir que o jovem possa se dedicar aos estudos enquanto participa do programa. Para diminuir o abandono durante o desenvolvimento dos trabalhos, pode-se também oferecer um “prêmio” ao completar o programa, que pode ser monetário ou em forma de um crédito estudantil. Iniciativas que além de incentivar a conclusão do trabalho, ainda podem impulsionar futuras iniciativas.
- Oferecer mecanismos de aconselhamento e suporte psicológico ao jovem, e à família quando necessário. Estes mecanismos devem estar disponíveis a todos os jovens atendidos independente da sua situação. Deve se procurar formas de incentivar os jovens a participar de tais atividades, a conversar sobre os seus problemas, respeitando, porém, os limites e tempo de cada jovem.
- Ter provisão em casos especiais para remoção e suporte de jovens que necessitam ser retirados das comunidades, ou até das cidades onde vivem, devido a conflitos que ameacem a sua sobrevivência.
- Estabelecer parcerias com instituições públicas, privadas ou da sociedade civil, para suporte principalmente em áreas como: saúde, tratamento de dependência química, planejamento familiar, aconselhamento legal, transporte e emissão de documentos.

Quanto a sustentabilidade:

A sustentabilidade de programas e projetos de serviço jovem dependem em grande parte do firmamento de parcerias a nível local. Programas que pretendem trabalhar o jovem de forma holística, devem procurar a cooperação de outras organizações, governamentais ou não, para o alcance de seus objetivos.

É necessário investir em estratégias claras e flexíveis em termos de capacidades e motivação, que alcancem com jovens em situação de risco onde eles estiverem, e abram caminho para que eles alcancem melhores resultados. Só assim será possível desenvolver os novos líderes necessários para o pleno desenvolvimento de nosso país.

VIII. Referências

Ames, N., Miller, D., Ahluwalia, P. and Palakurthi, P. (2003) Service-Learning: Promoting Employability, Empowerment, and Social Entrepreneurship Among Youth. Working Paper prepared for the YES Regional Forum, Hyderabad, India. December.

Dowdney, Luke (2003). Crianças do Tráfico: Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Editora 7Letras, Rio de Janeiro.

Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Lei Nº 8.069 de 13 de Julho de 1990. Brasília.

Grootaert, Christiaan (1997) "Social Capital: The Missing Link?", in Expanding the Measure of Wealth: Indicators of Environmentally Sustainable Development Washington, DC: The World Bank.

ILANUD, UNICEF (2004). Guia Teórico e Prático de Medidas Sócioeducativas. São Paulo, Brasil.

Instituto Cidadania (2004). Relatório Final Projeto Juventude.

Metz, Edward e Acevedo, Dacil. (2004) Youth Service Policy in Latin América and the Caribbean: Emerging Themes – Preliminary Findings from the Worldwide Youth Service Policy Scan. Working Paper for ICP - prepared for the Inter-American Development annual meeting.

Morrison, Andrew (2002). Violence, Inequality and Poverty in the Americas. Presentation to the Poverty Reduction Network - Inter-American Development Bank.

Nancy Ames, David Miller, Poonam Ahluwalia, e Puneetha S. Palakurthi (2003) Service-Learning: Promoting Employability, Empowerment, and Social Entrepreneurship among Youth. Working Paper prepared for the YES Regional Forum. Hyderabad, India. December.

Princeton Survey Research Associates (1998). Young People's Community Involvement Survey: Report on the Findings. Prepared for Do Something, Inc. New York: Do Something.

Rakodi, C. e Lloyd-Jones, T. (Eds.) (2002) Urban Livelihoods: A people Centered Approach to Reducing Urban Poverty. London: Earthscan.

Rizzini, I. (2000) Criança não é Risco, é Oportunidade: fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes./ Irene Rizzini, Gary Baker, Neide Cassaniga. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula.

Scoones, I. (1998) Sustainable Rural Livelihoods: A framework for analysis. Working Paper 72, IDS.

UN Habitat (2004). Policy Dialogue Series: Youth, Children and Urban Governance. Global Campaign on Urban Governance.

United Nations.(2004) World Youth Report: The global situation of young people. United Nations, New York.

Vargas,E., Sampaio, H. e , Mattoso, F. (2000) Youth Protagonism In Brazil: A Country Profile. Submitted to the Ford Foundation. Worldwide Workshop on Youth Involvement as a Strategy for Social, Economic and Democratic Development, San Jose, Costa Rica.

Waiselfisz, J.J. (2004) Mapa da Violência IV: Os jovens do Brasil. UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasília.